

NCE/19/1900159 — Parecer do RIES sobre intenção de decisão - Novo ciclo de estudos

Parecer da Instituição de Ensino Superior à Intenção de Decisão do Conselho de Administração

1. Tendo em conta a intenção de decisão do Conselho de Administração relativamente ao ciclo de estudos Curso de Mestrado em Enfermagem Médico Cirúrgica

2. conferente do grau de Mestre

3. a ser lecionado na(s) Unidade(s) Orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.)

Escola Superior De Enfermagem De São José De Cluny

Escola Superior De Saúde De Santa Maria

4. da(s) Instituição(ões) de Ensino Superior

Escola Superior De Enfermagem De São José De Cluny

Escola Superior De Saúde De Santa Maria

5. O responsável da instituição de ensino superior decide: Apresentar parecer

6. Parecer (Português):

Na sequência da Vossa Comunicação NCE/19/1900159 — Intenção de decisão do CA - Novo ciclo de estudos, de 29/09/2020, as Escolas Superiores de Enfermagem São José de Cluny e de Saúde de Santa Maria-Porto, instituições parceiras na proposta do Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica – Área de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa e Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica, informam Vossa Ex.^a que, após facultada informação complementar (em 28/08/2020 e 25/09/2020) solicitada pela Ordem dos Enfermeiros e relativa ao curso em epígrafe, rececionámos o ofício com a referência SAI-OE/2020/8359 (em anexo) proveniente da Ordem dos Enfermeiros, a qual na sequência da auscultação da Mesa do Colégio de Especialidade e do Conselho de Enfermagem emitiu Parecer Favorável.

Mais informamos que:

-todas as componentes de ensino teórico e prático de enfermagem da especialidade serão lecionadas por docentes com a formação adequada, entretanto obtida, como por exemplo na área da Pessoa em Situação Paliativa, especialidade só recentemente (2018) regulada;

-todos os estudantes serão orientados em cada um dos ensinamentos clínicos por enfermeiros especialistas, em cooperação com o respetivo docente;

-o recurso a um enfermeiro não especialista só se fará, de forma pontual e só para uma atividade específica do ensino clínico. Exemplo: se um estudante estiver a fazer um ensino clínico no Bloco Operatório e tiver como atividade a desenvolver a instrumentação neurocirúrgica, fá-lo-á com o enfermeiro (perito) destacado para esse posto de trabalho, mas sempre com a orientação global do seu tutor enfermeiro especialista.

Reunidas todas as condições para o funcionamento do Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica, aguardamos a decisão favorável de vossa Ex.^a, de modo a podermos dotar os enfermeiros de cada vez mais e melhores competências para poderem corresponder ao direito a cuidados de excelência dos cidadãos.

7. Documento anexo (Português e Inglês, PDF, máx. 100kB): (impresso na página seguinte)

Anexos



Exma. Senhora
Presidente do Conselho de Direção
Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny
Prof. Doutora Merícia Bettencourt
Rampa de Quinta de Sant'Ana, 22
9050 -535 Funchal

E-mail: dir@esesjcluny.pt

N. Ref^o
SAI-OE/2020/8359

V. Ref^o

DATA	07-10-2020
ASSUNTO:	Apreciação do Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica - Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica da ESE SJ Cluny e ESS Santa Maria

Senhora Presidente,

No seguimento da V/mensagem electrónica de 25.09.2020, apreciada a documentação enviada por V. Exa. sobre o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica nas áreas de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny e da Escola Superior de Saúde de Santa Maria, foram emitidas pronúncias pelos órgãos competentes da Ordem dos Enfermeiros, Conselho de Enfermagem (CE) e Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica (MCEEMC), nos seguintes termos:

"Após apreciação do Plano de Estudos e de informação complementar relativos ao Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica nas áreas de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny e da Escola Superior de Saúde de Santa Maria, e de acordo com as matrizes de análise da formação especializada em Enfermagem, ouvida a Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, o Conselho de Enfermagem apresenta as seguintes considerações:

- 1. Coordenação - o docente responsável pela coordenação do curso, os docentes responsáveis pelas unidades curriculares da área de especialização e os docentes responsáveis pelos ensinamentos clínicos na área de especialização têm o título profissional de Enfermeiro Especialista na área do curso, de acordo com o definido. Todos os docentes responsáveis pelas unidades curriculares da componente teórica comum têm o título profissional de Enfermeiro Especialista, conforme preconizado;*
- 2. Componente teórica comum - os conteúdos estão enunciados de modo a possibilitar a verificação do cumprimento do mínimo de ECTS obrigatório (12 ECTS), havendo evidência clara da inclusão de todos os conteúdos;*



3. *Componente teórica específica da área de especialidade – cumpre o número de ECTS definido (33 ECTS) e integra todos os conteúdos definidos para esta área de especialidade;*
4. *Componente clínica – a componente clínica corresponde a 45 ECTS, correspondendo a pelo menos 1215 horas totais, prevê a realização nos contextos definidos cumprido o número mínimo de horas em cada contexto e contempla relatório de práticas profissionais, como preconizado;*
5. *As horas para elaboração e discussão do relatório não devem ser subtraídas às horas de contacto de Estágio;*
6. *Evidencia-se que, para posterior atribuição do título profissional de Enfermeiro Especialista, os detentores do curso deverão ter realizado a componente clínica, conforme o descrito no ponto 4;*
7. *Recorde-se que todos os docentes colaboradores das unidades curriculares da componente clínica, bem como os enfermeiros supervisores clínicos dos formandos, neste âmbito, devem ter o título profissional de Enfermeiro Especialista na área de especialização do curso, para que haja um efectivo contributo no desenvolvimento das competências especializadas;*
8. *De referir que uma posterior atribuição do título profissional de Enfermeiro Especialista aos detentores deste curso dependerá do cumprimento do disposto no artigo 12.º (determina as condições a que os candidatos estão sujeitos aquando da matrícula e inscrição nos cursos) do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, anexo Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março.*

*Deste modo, considerando o cumprimento das matrizes de análise pré-definidas e a pronúncia favorável da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica, o Conselho de Enfermagem emite **Parecer Favorável.***

Verificada a pronúncia positiva por parte dos órgãos competentes, comunicamos nesta data a V. Exa. a emissão de **Parecer Favorável** por parte da Ordem dos Enfermeiros.

Neste contexto, e por forma a conseguirmos reunir num único documento os elementos essenciais relativamente ao presente Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica nas áreas de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica, solicitamos o envio de um documento final de síntese, que discrimine as áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do diploma e apresente o respectivo plano de estudos.

Informamos ainda que a posterior atribuição do título profissional de Enfermeiro Especialista aos detentores do Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica nas áreas de Enfermagem à Pessoa em Situação Perioperatória, Enfermagem à Pessoa em Situação Paliativa, Enfermagem à Pessoa



em Situação Crítica, dependerá do cumprimento de todas as restantes condições já transmitidas, nomeadamente, que o diploma legal que institui ou altera o curso aluda explicitamente à participação da Ordem dos Enfermeiros no procedimento e do cumprimento dos requisitos da Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março, relativos à admissão dos candidatos.

Ficamos ao dispor para qualquer questão.

Com os melhores cumprimentos,

Luís Filipe Barreira
Vice-Presidente do Conselho Directivo
com competências delegadas pela Digníssima Bastonária

LFB/CE/afs